

Nacionalista pressiona desde o início da Constituinte

BRASÍLIA — Momentos após a Constituinte ter decidido nacionalizar o subsolo, cansado e desanimado, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) desabafou: "O que poderíamos fazer contra a aliança de empreiteiros e comunistas?" Já o deputado Octávio Elísio, sem partido, um dos líderes da Frente Parlamentar Nacionalista, comemorava a vitória, explicando-a como decorrência da união da esquerda, militares, comunistas e pequenos empresários. "Vencemos porque conseguimos exorcizar três estigmas contra o nacionalismo: que é coisa de esquerda, sinônimo de estatização e repulsa indiscriminada ao capital estrangeiro".

"Não dá para enfrentar todo mundo junto", justificava ainda Cardoso Alves, "a liderança do PMDB, da indústria nacional, como Antônio Ermírio de Moraes, os empreiteiros e por aí vai. Uniram-se todos por uma razão muito simples: ninguém quer enfrentar a concorrência estrangeira". Seguindo a mesma linha, o deputado Delfim Neto comentava num grupo de parlamentares: "O que me preocupa nesta falsa onda nacionalista é que ninguém pensa no consumidor, acha que entregando tudo aos grandes grupos nacionais resolvem o problema do país". No final, o resultado da votação de quinta-feira culminou uma semana que mais movimentou lobistas no Congresso.

Empresários — Garimpeiros, grupos de defesa de mercado na informática, associação de micro, pequenas e médias empresas, geólogos, associações de laboratórios nacionais e até empreiteiros "caíram do céu", diz o deputado Nilton Friedrich (PMDB-PR). Na verdade, esse era o epíteto de um trabalho iniciado ainda no início da Constituinte, na fase das subcomissões. Funcionários das estatais, como a Petrobrás, Eletrobrás, Secretaria de Informática, preocupados com a manutenção do monopólio de seus setores, fecharam com os nacionalistas. Depois, na época do plenário, surgiram os empresários nacionais.



José Carlos Brasil - 15/9/86

Delfim acha que onda é falsa

"Quando a Flupeme começou a procurar os constituintes", diz o deputado Paulo Ramos (sem partido), "vimos que a Fiesp, a CNI, por exemplo, não representavam o empresariado nacional". Através dos deputados Gabriel Guerreiro (PMDB-PA) e Raquel Cândido (PFL-RO) abriram-se os contatos com as empresas mineradoras nacionais. Todos esses grupos têm interesses específicos: definição de empresa nacional, nacionalização do subsolo, reserva de mercado, monopólio do petróleo, comunicações, correios e mineração nas terras indígenas.

Os empresários nacionais também ajudaram em muito. A princípio perdidos nos corredores do Congresso, rapidamente descobriram a Frente Parlamentar Nacionalista. Numa reunião ocorrida no dia 23 de abril, ele deram uma amostra indireta de suas ligações com os militares nacionalistas. O presidente da Associação Nacional de Laboratórios (Analac), Roberto Sá, lembrou que durante a Guerra das Malvinas, a indústria farmacêutica argentina, controlada pelas multinacionais, suspendeu a fabricação de antibióticos, vitais para o atendimento dos soldados feridos. Foi a indústria farmacêutica brasileira que, autorizada pelo

Planalto, exportou discretamente os medicamentos de que a Argentina necessitava.

Implusão — Não bastasse isso, o Centrão implodiu. Melhor exemplo disso é o deputado Mozarildo Cavalcanti (PFL-RO) que confrontou seu líder no partido José Lourenço, votando contra o texto do grupo. Ao contrário de outras votações, ele não recebeu qualquer telefonema de ministro de Estado e teve uma lembrança: "Ué, o PFL não namora o Antônio Ermírio? A maioria do partido ficou com ele, porque o Ermírio defendia a nacionalização da exploração dos minérios". O deputado Ângelo Magalhães (PFL-BA) é mais claro na explicação da implusão do Centrão.

"O jogo foi de rédeas frouxas, faltou bridade", diz ele. Liberados, a maioria dos parlamentares do Centrão sujeitou-se ao jogo das pressões pensando diretamente em suas reeleições, cujo patrocínio está vinculado ao empresariado nacional.

Não faltaram tentativas de manter a máquina azeitada do Centrão nas votações da Ordem Econômica. No início da última semana de abril, o deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA) telefonou ao senador Albano Franco (PMDB-SE) dando a senha: "É agora". Albano despachou mensagens para os presidentes das 23 federações de indústria do país pedindo que observassem de perto os constituintes de suas regiões. Mário Amato, presidente da Fiesp, desembarcou em Brasília, inutilmente.

Uma central de informações foi montada pelo deputado Basílio Villani (PMDB-PR) para capturar aliados do texto do Centrão. A UDR de Ronaldo Caiado colocou uma frota de jatinhos para buscar constituintes em vários cantos do país. Na liderança do PFL imaginava-se que o presidente José Sarney colocaria o governo à disposição. "Os constituintes votaram de acordo com seus interesses, o governo não pressionou, apenas observou", garante Lúcio Alcântara.

Ex-deputado destaca força do eleitor

O ex-deputado João Gilberto, professor de Ciência Política da UnB — Fundação Universidade de Brasília — acha que o principal interesse foi o respeito ao nacionalismo da maioria do eleitorado. "Em qualquer camada da sociedade, o Brasil sempre foi nacionalista", diz ele.

O nacionalismo, na verdade, foi descoberto como uma espécie de mina de ouro. Os deputados que empunham essa bandeira perceberam que suas teses e vitórias poderão chegar à opinião pública num ano de eleições municipais e — uma perspectiva remota, mas não impossível — de eleições presidenciais. A questão que levantam é como transformar essa tese abstrata para a população em algo rapidamente assimilável como de interes-

se da nação e, assim, de cada cidadão em particular.

"Nacionalismo parece coisa de acadêmico", diz o deputado Octávio Elísio, "mas o povo brasileiro tem verdadeiro espírito nacional, preza sua soberania. Trata-se apenas de um exercício técnico de trocar essa tese em miúdos". Em miúdos já trocou o presidente da Federação Fluminense das Pequenas e Médias Empresas (Flupeme), Benito Dias Paret. "A todo-poderosa Fiesp não nos representa. Eles estão de um lado e nós de outro, com 80% das empresas, milhares de empregos e rolando a economia deste país".

Sem essa retórica, o deputado comunista Fernando Santana (BA) oferece outra versão: "O fortalecimento da em-

presa privada é um avanço. A submissão às forças econômicas internacionais, um retrocesso". Entre a soberania e a colonização, acreditamos que a soberania possa trazer muito maiores benefícios à sociedade".

Sua explicação, porém, tem um lado pragmático de quem quer ver, pelo menos a longo prazo, a perspectiva de vitória de sua ideologia. "Defender a indústria nacional é defender a soberania. Defender a soberania é chegar, algum dia, ao socialismo".

Na página 6, a aliança da esquerda com os militares; e na 14, como ficará a mineração com a nova ordem constitucional